

ECONOMIA

AGRICULTURA

Produtores apostam no fim do monopólio na área de seguros rurais para garantir agilidade na contratação e ampliar oferta de produtos

Investimento externo alavancará agronegócio

LUCIANO PIRES

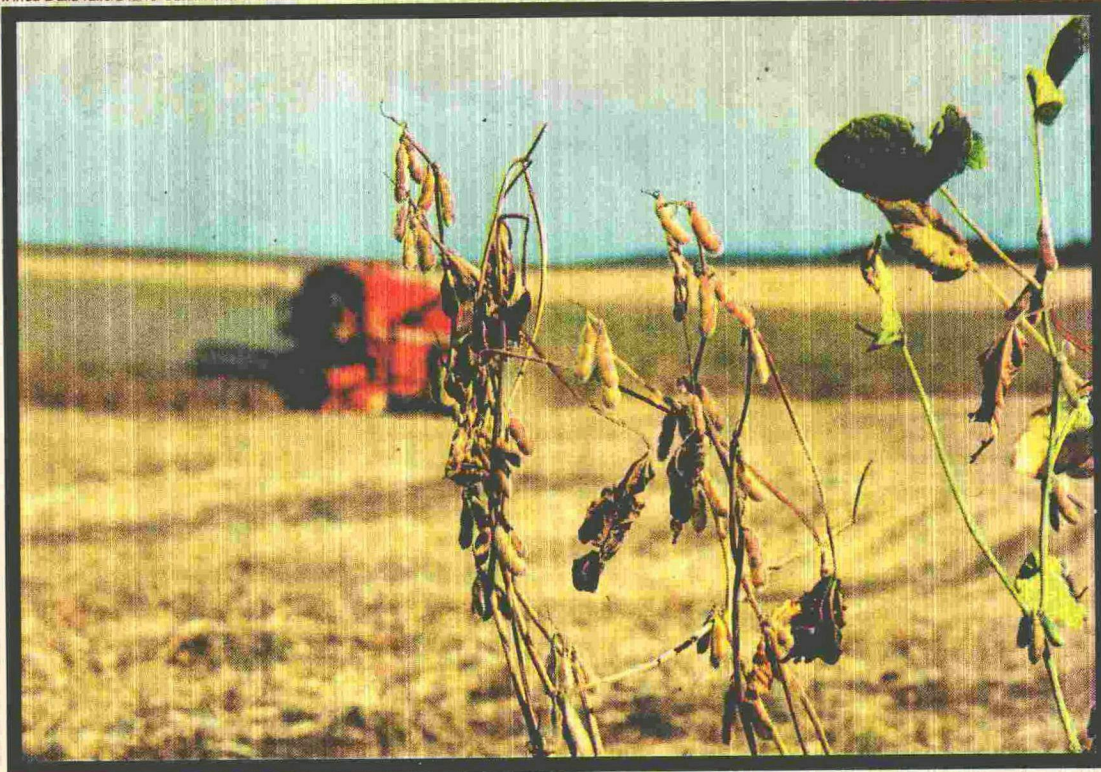
DA EQUIPE DO CORREIO

Com o fim do monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re), aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada, o agronegócio ganha a oportunidade que esperava havia quase 10 anos de se expandir de forma sólida e sustentada. A medida permite o ingresso de empresas estrangeiras no Brasil, o que deve impulsionar o seguro rural — atualmente pouco utilizado pelos produtores. A expectativa é de mais investimentos, ampliação da oferta de produtos e maior agilidade na contratação dos serviços. O projeto votado pelos deputados ainda precisa passar pelo Senado até chegar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por causa da seca que atingiu a Região Sul e uma parte do Centro-Oeste, entre 2004 e 2005, o campo mergulhou em uma crise que até hoje causa prejuízos. Eufórico com o resultado de safras anteriores, o agricultor adquiriu máquinas, ampliou a área plantada, dobrou a aplicação de insumos e defensivos e contraiu empréstimos. Uma parte considerável dos contratos teve como referência um dólar na casa dos R\$ 3. Aquele ano-safra prometia recordes de produção. Os empresários não cogitavam um revés.

Até que a falta de chuvas e a

Irineu Dalla Valle/Diário Catarinense - 29/3/05



SEM SEGURO, A SECA QUE AFETOU A REGIÃO SUL EM 2005, ATÉ HOJE CAUSA PREJUÍZOS AOS PRODUTORES RURAIS

oscilação cambial arruinaram o fluxo de caixa das fazendas. Justamente no momento em que mais precisaram, os produtores não estavam capitalizados nem protegidos o suficiente para garantir a estabilidade do negócio. Faltou uma ferramenta que é básica e utilizada há décadas nos principais pólos agrícolas do mundo: um seguro que cobrisse as perdas

causadas por fatores imprevisíveis. Sem ele, o endividamento cresceu e o setor quase parou.

No DNA do colapso que assombra o campo está a falta de um instrumento capaz de resguardar a saúde econômica dessa indústria. A quebra do monopólio do IRB oferece às seguradoras nacionais a possibilidade de buscar diretamente no mercado interna-

cional a parceria mais adequada para, em caso de necessidade do produtor, indenizar as perdas. Para Wellington Almeida, diretor do departamento de gestão de risco rural do Ministério da Agricultura, a mudança na lei abre perspectivas sem precedentes. “Esperamos uma mudança de cultura do produtor, que hoje não tem o hábito de contratar seguros”, explica.